



ESTADOS UNIDOS

Geórgia, o próximo pesadelo para Trump

Depois de tornar-se réu por 34 acusações, ex-presidente deve ser indiciado por interferência no resultado das eleições no estado. Magnata ainda é suspeito de reter documentos e de estimular a invasão ao Capitólio

» RODRIGO CRAVEIRO

Eu acho...



"A longa investigação na Geórgia certamente revelou mais evidências. Como esse caso fala diretamente sobre a subversão da democracia e da tentativa de Trump de provocar um golpe para se manter no poder, o caso da Geórgia provavelmente será prejudicial, pois colocará o comportamento antidemocrático ex-presidente de volta ao ciclo de notícias. Trump provavelmente terá menos colegas republicanos saindo em sua defesa."

Anthony Michael Kreis, Ph.D. e professor de direito da Universidade Estadual da Geórgia

As imagens sem precedentes de Donald Trump sentado no tribunal, cercado por policiais de Nova York e acompanhado dos advogados, lançou dúvidas sobre o futuro jurídico e político daquele que foi o homem mais poderoso do mundo. Candidato a um retorno à Casa Branca, o republicano entrou para a história como o primeiro ex-presidente formalmente acusado pela Justiça: ele responderá por 34 acusações, durante um julgamento que deve começar em janeiro de 2024. Mas os problemas do bilionário republicano com a Justiça não se resumem à Corte de Manhattan, onde tornou-se réu por falsificar documentos, em um caso associado ao pagamento de suborno à ex-atriz pornô Stormy Daniels, com quem supostamente teve uma relação extraconjugal, em 2016. Trump é suspeito ainda de tentar interferir no resultado das eleições presidenciais na Geórgia. Outros dois casos tumultuam o caminho do magnata rumo ao poder: a retenção ilegal de documentos confidenciais e o seu suposto papel na invasão do Capitólio por apoiadores, em 6 de janeiro de 2021.

Para Anthony Michael Kreis, Ph.D. e professor de direito da Universidade Estadual da Geórgia, é "mais provável do que nunca" que Trump seja indiciado nos próximos meses, no estado, pela conspiração para cometer fraude eleitoral e por outros crimes ligados à corrupção nas eleições de 2020. "Ele e associados, que trabalharam para reverter o resultado das eleições presidenciais na Geórgia, também poderiam ser acusados de liderar um empreendimento criminal corrupto para derrubar os resultados das urnas. Isso poderia

lhes custar pesadas sentenças", afirmou ao **Correio**, por e-mail. Kreis assegurou que a quantidade de evidências coletadas na Geórgia é importante, principalmente o telefonema que Trump, então presidente, fez às autoridades eleitorais do estado, no qual exigia votos.

Por sua vez, Clark D. Cummings — professor da cadeira de direito e ética W. Lee Burge da Faculdade de Direito da Universidade Estadual da Geórgia — explicou à reportagem que, caso Trump seja indiciado, ele responderá por quatro acusações. "A primeira delas é a solicitação de fraude eleitoral em violação do Código Oficial da Geórgia. A segunda, conspiração para cometer fraude eleitoral. A pena para qualquer um desses crimes é de um a 10 anos de prisão", disse. A terceira acusação, segundo ele,

Chandan Khanna/AFP



Trump discursa em Mar-a-Lago, na Flórida: ataques ao promotor e tentativa de politizar o caso jurídico

envolve fazer uma declaração falsa a uma agência do governo, o que prevê reclusão de um a cinco anos. "Há também a acusação de conspiração para arquivar um documento falso em um registro público, com pena de um a 10 anos." Se considerado culpado, Trump poderia pegar 35 anos de cadeia.

Grampo

A promotora de Atlanta, Fani Willis, indicou que investiga violações dentro da Lei de Organizações Corruptas e Influenciadas por Gângsteres (Rico, pela sigla em inglês). A pena prevista é de cinco a 20 anos. Cummings concorda que a evidência mais sólida de Fani contra Trump é a gravação da ligação telefônica que o então presidente fez para o secretário de Estado da

Geórgia, Brad Raffensperger, em 2 de janeiro de 2021. No telefonema, ele o insta a "encontrar 11.780 votos" após um "recálculo". "O acréscimo de 11.780 votos ao número de votos já certificados para o republicano teria dado a ele a vitória por um voto sobre Joe Biden", admitiu. "Isso seria uma evidência de 'solicitação de fraude eleitoral'."

Cummings vê "fortes evidências" nos "certificados eleitorais" criados sob iniciativa da campanha de Trump, em dezembro de 2020, os quais afirmavam, falsamente, que o republicano tinha vencido na Geórgia. "Esses 'certificados de eleitores falsos' foram fabricados em estados-chave e usados por Trump para tentar persuadir o vice, Mike Pence, a impedir o Congresso de declarar Biden o próximo presidente, em 6 de janeiro de 2021."

No ano passado, a pedido de Willis, uma Corte em Atlanta designou 23 cidadãos, para servirem como um "grande júri especial", cuja tarefa será investigar se crimes foram cometidos, na tentativa de interromper as eleições, na Geórgia. Depois de trabalharem por sete meses e de interrogarem 75 testemunhas, os jurados entregaram um relatório à Corte de Atlanta, em 9 de janeiro. A maior parte do documento permanece secreta, mas se sabe que indiciamentos foram recomendados. Agora, Willis decidirá se vai pedi-los. "Os advogados de Trump temem que o 'grande júri especial' conclua que o magnata cometeu crimes, pois, recentemente, entraram com um pedido para que o relatório seja destruído e que nenhuma das evidências reunidas seja usada", disse.

EXTREMISMO

Wakil Kohsar/AFP



Mulheres pedem esmola no meio da rua, em Cabul: opressão

Talibã proíbe ONU de contratar afegãs

Depois de banir as mulheres de visitarem parques públicos e de frequentarem a universidade, o Talibã deu um passo a mais no reforço à opressão de gênero no Afeganistão. A milícia fundamentalista islâmica proibiu as afegãs de trabalharem para a Organização das Nações Unidas (ONU). Das 3.900 pessoas inseridas nos quadros da ONU no país asiático, cerca de 600 são mulheres, sendo 400 afegãs. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, pediu aos talibãs a "imediate revogação da decisão". "Essas mulheres são essenciais" para as operações humanitárias da ONU, por isso a "aplicação dessa decisão vai afetar a população afegã", que, em boa parte, depende dessa assistência", afirmou o porta-voz Stéphane Dujarric.

"O regime do Talibã não tem limites em sua ignorância e em seu extremismo. A decisão de impedir que mulheres afegãs trabalhem para a ONU no país é chocante e inaceitável", disse ao **Correio**, por telefone, educador paquistanês Ziauddin Yousafzai, pai da ativista e Nobel da Paz Malala Yousafzai. Ele disse não saber como os talibãs se definem como cidadãos globais. "É contra a Carta da ONU quando você impõe suas decisões ilegais, ao proibir as mulheres de realizarem trabalhos humanitários para as Nações Unidas", advertiu.

De acordo com Ziauddin, a Constituição do Afeganistão sempre preservou o direito das meninas de irem à escola e das mulheres de trabalharem, inclusive para organizações não governamentais internacionais. A exceção fica por conta do período de governo do Talibã. "Não existe justificativa para essa decisão cruel e desumana do Talibã. É algo realmente chocante", desabafou. Ele citou que, em fevereiro passado, o grupo banuiu a educação escolar e universitária das afegãs. "O Talibã não é um regime, mas um projeto de desfigurar o Afeganistão e difamar o islã. Eles fizeram com que o país fosse cortado do resto do mundo", acrescentou Ziauddin. (RC)

Eu acho...



Arquivo pessoal

"A decisão do Talibã é chocante, mas não surpreendente. Desde a retomada do poder, em agosto de 2021, as decisões da milícia têm sido contrárias à civilização e à cultura. A 'talibanização' é um fenômeno anticivilização e anticivilização. Eles são contrários à música, à dança, às esculturas, à educação. Eles eliminaram o Ministério de Assuntos da Mulher e o trocaram por um Ministério dos Vícios e Virtudes. O mandato dessa pasta visa molestar as meninas e as mulheres, obrigando-as a ficarem em casa."

Ziauddin Yousafzai, educador paquistanês, pai da ativista e Nobel da Paz Malala Yousafzai

ISRAEL

Polícia invade a Mesquita de Al-Aqsa e prende 350

Professor da Universidade de Tel Aviv, o palestino Ali Al Awar — especialista em temas israelenses — estava na Mesquita de Al-Aqsa, na noite de terça-feira e ontem pela manhã, quando as forças de Israel invadiram, por duas vezes, o terceiro local mais sagrado do islã, na Cidade Velha de Jerusalém. "Existe um acordo entre o rei Abdullah II, da Jordânia, e o premiê israelense, Benhamin Netanyahu, de não mudar o status quo do templo. À zero hora de hoje (ontem), a polícia de Israel exigiu que os palestinos abandonassem a mesquita. Um grande contingente invadiu o local quando orávamos. Nós fomos atacados. Às 7h, quando finalizávamos as orações da manhã, um grupo de judeus radicais religiosos entrou no pátio da Mesquita de Al-Aqsa, acompanhado pelos policiais", relatou ao **Correio**, por telefone, de Jerusalém. Pelo menos 350 palestinos foram detidos, e 37 ficaram feridos.

Na madrugada de ontem, depois da primeira operação policial, militantes do movimento fundamentalista islâmico Hamas dispararam foguetes Qassam contra o sul de Israel, no momento em que os judeus comemoravam a Péscoa, sua Páscoa. O grupo denunciou um "crime sem precedentes" e convocou os palestinos da Cisjordânia ocupada a se dirigirem à mesquita para "defendê-la". Pela manhã, a aviação de Israel bombardeou a

Ahmad Charabli/AFP



Forças israelenses removem muçulmanos do templo, em Jerusalém

Faixa de Gaza, de onde partiram os foguetes. Em comunicado, a polícia israelense afirmou que centenas de "agitadores" e "profanadores da mesquita" se barricaram no Monte do Templo, à noite, "de modo violento". "Eles usaram rojões e pedras", denunciaram. Ontem à noite, mais dois foguetes foram lançados contra o território de Israel.

"Por aqui, os moradores estão tensos e esperam mais ataques. Durante a madrugada de hoje (ontem), 17 foguetes foram disparados em direção à minha cidade e imediações", contou à reportagem o relações públicas Dov Trachtman, 31 anos, que vive em Sderot, a 5km da fronteira com Gaza. "Estou preocupado, pois a situação continua

a escalar. Mais foguetes aumentam a probabilidade de morte. Eles (Hamas) dispararam indiscriminadamente contra civis e não se importam se matam crianças."

O secretário-geral da ONU, António Guterres, disse sentir-se "impactado e consternado" com "a violência e as agressões" das forças israelenses dentro da mesquita, segundo o porta-voz, Stéphane Dujarric. Analista política baseada em Ramallah, a palestina Nour Odeh lembrou ao **Correio** que Israel tem invadido a Mesquita de Al-Aqsa ao longo do Ramadã, desde o início do mês sagrado para o islã. "As incursões ocorriam em uma intensidade menor. Durante muitos anos, Israel transformou em hábito a

Polícia de Israel/AFP



Imagem de vídeo mostra o que seria a detonação de rojão no local

invasão à mesquita, interferindo nas orações dos muçulmanos. De certa forma, em muitos casos, os israelenses anteciparam as tensões. Os palestinos entendem que têm o direito de se reunirem em Al-Aqsa durante a noite. É uma tradição secular. Às vezes, oram do pôr-do-sol ao amanhecer", explicou.

Segundo Odeh, Israel tem utilizado a justificativa de que "agitadores" frequentam a mesquita. "Sob a lei internacional, forças israelenses não têm o direito de invadirem Al-Aqsa ou de interferirem em como as pessoas professam sua fé. Isso cria uma atmosfera muito tensa. A cada ano, a brutalidade aumenta", lamentou. Ela esclareceu que, durante o Ramadã,

os palestinos têm o costume de orar, refletir e expressar solidariedade, além de fazer doações. "Homens, mulheres e crianças frequentam a Mesquita de Al-Aqsa. Estou muito preocupada com o grau de tensão, neste momento. Israel pode transformar o Ramadã em fonte de dor, tensão e agitação para os palestinos", acrescentou Odeh.

Ela acusa os judeus de realizarem ações "provocativas e incendiárias" e de pretender controlar "cada aspecto da vida" dos palestinos. "Querem regular o acesso aos locais sagrados, em Jerusalém, de muçulmanos e cristãos. Isso é parte de uma operação sistêmica ao longo do último século", lamentou a analista política palestina. (RC)